



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

Publicada no DJE n. 224, de 30/11/2016, p. 14

Resolução N. 032/2016-PR

Alterada pela Resolução n. 129/2019-PR

Dispõe sobre o recesso forense do Poder Judiciário do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução n. 71-CNJ, de 31/3/2009, que dispõe sobre o regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição;

CONSIDERANDO a Resolução n. 244-CNJ, de 12/9/2016, que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino e da suspensão dos prazos processuais;

CONSIDERANDO o Processo n. 08001386-46.2016;

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno em sessão administrativa realizada no dia 28/11/2016,

R E S O L V E:

Art. 1º No período do recesso forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro serão suspensos o expediente e os prazos processuais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO), garantido o atendimento aos casos urgentes, novos ou em curso, por meio do Regime de Plantão.

§ 1º O Plantão em dias úteis será exercido das 8h às 12h com a presença de 2 (dois) servidores em cada unidade judiciária e administrativa.

§ 2º Em horário diverso daquele mencionado no § 1º e em dias não úteis o Plantão será de sobreaviso, conforme escala elaborada pelo Corregedor-Geral da Justiça para o 1º grau, e, conforme ato aprovado em sessão do Tribunal Pleno, para o 2º grau de jurisdição.



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

§ 3º A critério do Presidente, as unidades administrativas e judiciárias do PJRO, mediante justificativa, poderão indicar um número de servidores superior àquele previsto no § 1º deste artigo, conforme a necessidade de serviço.

§ 4º As escalas dos servidores do plantão serão informadas ao Departamento de Recursos Humanos (DRH) entre 5 a 14 de dezembro.

§ 5º Os servidores escalados para o plantão, previsto no § 1º deste artigo, compensarão o período trabalhado antes do próximo recesso forense, de acordo com a conveniência administrativa.

§ 6º A compensação do período de recesso trabalhado, para magistrados e servidores, poderá ser parcelada em dois períodos iguais.

~~*Art. 2º No período de 7 a 20 de janeiro o expediente no âmbito do PJRO voltará ao horário normal, continuando, no entanto, suspensas a contagem dos prazos processuais, a realização de audiências e as sessões de julgamento, ressalvadas as exceções legais com a finalidade de evitar o perecimento de direitos e os processos envolvendo réus presos e adolescentes apreendidos.*~~

Art. 2º No período de 7 a 20 de janeiro o expediente no âmbito do PJRO voltará ao horário normal, continuando, no entanto, suspensas a contagem dos prazos processuais, a realização de audiências e as sessões de julgamento, ressalvadas as exceções legais com a finalidade de evitar o perecimento de direitos e os processos em matéria penal, em razão da regra contida no art. 798, *caput*, do Código de Processo Penal. [\(Nova redação dada pela Resolução n. 129/2019-PR\)](#)

Art. 3º Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.



Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Gabinete da Presidência

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 28 de novembro de 2016.

Desembargador **Sansão Saldanha**

Presidente